Esclarecendo que a multa imposta poderá sofrer **redução de 20% (vinte por cento)**, caso seja efetivado o pagamento no prazo de **5 (cinco)** dias e a não quitação do débito no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir dos 10 (dez) dias subsequentes a publicação do presente ato, nos termos do art. 138, §3º, da lei 5.887/95, importará no **acréscimo moratório de 1% (um por cento) ao dia**, calculando cumulativamente sobre o valor do débito e sua **imediate inscrição em Dívida Ativa**, para cobrança judicial, de acordo com o disposto nos artigos 142, Parágrafo único e 144, §1º, respectivamente, da Lei Estadual nº 5.887/95. Ademais, poderá ser feito o pedido de **parcelamento da multa** imposta no prazo máximo de até 5 (cinco) dias, contados do mesmo prazo referenciado, de acordo com o disposto nos artigos 3º, II e 4º do Decreto nº 1.177/08. O autuado poderá oferecer recurso ao Conselho Estadual de Meio Ambiente, podendo produzir as provas que julgar necessárias em atendimento ao disposto no Art. 143 da Lei Estadual nº 5.887/95.

Este edital está estabelecido, conforme o art. 138, § 1º, inciso III e § 3º da Lei Estadual nº 5.887/95, não cabendo nova notificação.

NOTIFICAÇÃO Nº. : 86995/CONJUR/2016

À

J.H. MADEIRAS LTDA - EPP

End: RODOVIA TRANSAMAZONICA KM 211, SNº, BAIRRO MARACAJÁ.

CEP: 68473-000 Novo Repartimento - PA

Pelo presente instrumento, fica **J.H. MADEIRAS LTDA, portador do CNPJ Nº 05.755.979/0001-21**, notificado, de acordo com o que consta nos autos do Processo Administrativo nº 30601/2012, no qual foi lavrado o Auto de Infração Nº 3630/2012, em face de funcionar sem a devida licença de operação para atividade de serraria c/ desdobro de madeira, em consonância com o Parecer Jurídico nº 14213/2015, nos termos que dispõe o **art. 66 do Decreto Federal nº 6.514/2008 c/c art. 93 da Lei Estadual nº 5.887/1995, as condutas discriminadas no art. 118, inciso I e VI, da mesma Lei, em consonância com os ditames do art. 70 da Lei Federal nº 9.605/2008**, aplicou a penalidade de **MULTA SIMPLES**, no valor de **10.000 UPF's**, cujo recolhimento deverá ser providenciado no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir dos 10 (dez) dias subsequentes a publicação do presente ato, nos termos do art. 138, §3º, da lei 5.887/95, de acordo com o previsto nos **arts. 115; 119 II; 120, II; 122, II**, todos da Lei Instituidora da Política Estadual do Meio Ambiente.

Esclarecendo que a multa imposta poderá sofrer **redução de 20% (vinte por cento)**, caso seja efetivado o pagamento no prazo de **5 (cinco)** dias e a não quitação do débito no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir dos 10 (dez) dias subsequentes a publicação do presente ato, nos termos do art. 138, §3º, da lei 5.887/95, importará no **acréscimo moratório de 1% (um por cento) ao dia**, calculando cumulativamente sobre o valor do débito e sua **imediate inscrição em Dívida Ativa**, para cobrança judicial, de acordo com o disposto nos artigos 142, Parágrafo único e 144, §1º, respectivamente, da Lei Estadual nº 5.887/95. Ademais, poderá ser feito o pedido de **parcelamento da multa** imposta no prazo máximo de até 5 (cinco) dias, contados do mesmo prazo referenciado, de acordo com o disposto nos artigos 3º, II e 4º do Decreto nº 1.177/08. O autuado poderá oferecer recurso ao Conselho Estadual de Meio Ambiente, podendo produzir as provas que julgar necessárias em atendimento ao disposto no Art. 143 da Lei Estadual nº 5.887/95.

Este edital está estabelecido, conforme o art. 138, § 1º, inciso III e § 3º da Lei Estadual nº 5.887/95, não cabendo nova notificação.

NOTIFICAÇÃO Nº. : 86901/CONJUR/2016

À

INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CARVÃO ZUMBI LTDA

End: Estrada da Marajoara, s/n - km 45 - zona rural.

CEP: 68632-000 Ulianópolis - PA

Pelo presente instrumento, fica **INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CARVÃO ZUMBI LTDA, portador do CNPJ Nº 08.846.267/0001-06**, notificado, de acordo com o que consta nos autos do Processo Administrativo nº 7498/2013, no qual foi lavrado o Auto de Infração Nº 2049/2013, em face de prestar informações falsas ao sistema de controle de produtos florestais: Sistema de Comercialização e Transporte de Produtos Florestais-SISFLORA. Infração constatada em 30/12/2012, no qual a Secretária de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade, em consonância com o Parecer Jurídico nº 14034/2015, nos termos que dispõe o **art. 82 do Decreto Federal nº 6.514/2008; praticando a conduta discriminada no art. 118, VI da Lei nº 5.887/1995 c/c 70 da Lei nº 9.605/1998**, aplicou a penalidade de **MULTA SIMPLES**, no valor de **40.000 UPF's**, cujo recolhimento deverá ser providenciado no prazo máximo de

10 (dez) dias, contados a partir dos 10 (dez) dias subsequentes a publicação do presente ato, nos termos do art. 138, §3º, da lei 5.887/95, de acordo com o previsto nos **arts. 115; 119, II; 120, II; 122, II**, todos da Lei Instituidora da Política Estadual do Meio Ambiente.

Esclarecendo que a multa imposta poderá sofrer **redução de 20% (vinte por cento)**, caso seja efetivado o pagamento no prazo de **5 (cinco)** dias e a não quitação do débito no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir dos 10 (dez) dias subsequentes a publicação do presente ato, nos termos do art. 138, §3º, da lei 5.887/95, importará no **acréscimo moratório de 1% (um por cento) ao dia**, calculando cumulativamente sobre o valor do débito e sua **imediate inscrição em Dívida Ativa**, para cobrança judicial, de acordo com o disposto nos artigos 142, Parágrafo único e 144, §1º, respectivamente, da Lei Estadual nº 5.887/95. Ademais, poderá ser feito o pedido de **parcelamento da multa** imposta no prazo máximo de até 5 (cinco) dias, contados do mesmo prazo referenciado, de acordo com o disposto nos artigos 3º, II e 4º do Decreto nº 1.177/08. O autuado poderá oferecer recurso ao Conselho Estadual de Meio Ambiente, podendo produzir as provas que julgar necessárias em atendimento ao disposto no Art. 143 da Lei Estadual nº 5.887/95.

Este edital está estabelecido, conforme o art. 138, § 1º, inciso III e § 3º da Lei Estadual nº 5.887/95, não cabendo nova notificação.

NOTIFICAÇÃO Nº. : 86928/CONJUR/2016

À

FAZENDA SÃO JUDAS TADEU - LUIZ LÚCIO MACHADO

End: GLEBA FLORESTA B, LOTEAMENTO RAIZAL.

CEP: 68.543-000 Floresta do Araguaia - PA

Pelo presente instrumento, fica **FAZENDA SÃO JUDAS TADEU-LUIZ LÚCIO MACHADO, portador do CPF nº 184.870.502-63**, notificado, de acordo com o que consta nos autos do Processo Administrativo nº 12340/2013, no qual foi lavrado o Auto de Infração Nº 5911/2013, em face de utilizar recurso hídrico para piscicultura de sistema extensivo com espécie nativa sem a respectiva outorga de direito de uso, no qual a Secretária de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade, em consonância com o Parecer Jurídico nº 14345/2015, nos termos que dispõe o **art. 12, inciso I da Lei nº 6.381/2001, a conduta tipificada no artigo 81, inciso I desta mesma Lei**, aplicou a penalidade de **MULTA SIMPLES**, no valor de **3.500 UPF's**, cujo recolhimento deverá ser providenciado no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir dos 10 (dez) dias subsequentes a publicação do presente ato, nos termos do art. 138, §3º, da lei 5.887/95, de acordo com o previsto nos **arts. 115; 119, II; 120, I; 122, I**, todos da Lei Estadual nº 5.887/1995.

Esclarecendo que a multa imposta poderá sofrer **redução de 20% (vinte por cento)**, caso seja efetivado o pagamento no prazo de **5 (cinco)** dias e a não quitação do débito no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir dos 10 (dez) dias subsequentes a publicação do presente ato, nos termos do art. 138, §3º, da lei 5.887/95, importará no **acréscimo moratório de 1% (um por cento) ao dia**, calculando cumulativamente sobre o valor do débito e sua **imediate inscrição em Dívida Ativa**, para cobrança judicial, de acordo com o disposto nos artigos 142, Parágrafo único e 144, §1º, respectivamente, da Lei Estadual nº 5.887/95. Ademais, poderá ser feito o pedido de **parcelamento da multa** imposta no prazo máximo de até 5 (cinco) dias, contados do mesmo prazo referenciado, de acordo com o disposto nos artigos 3º, II e 4º do Decreto nº 1.177/08. O autuado poderá oferecer recurso ao Conselho Estadual de Meio Ambiente, podendo produzir as provas que julgar necessárias em atendimento ao disposto no Art. 143 da Lei Estadual nº 5.887/95.

Este edital está estabelecido, conforme o art. 138, § 1º, inciso III e § 3º da Lei Estadual nº 5.887/95, não cabendo nova notificação.

Protocolo 966260

OUTRAS MATÉRIAS

PORTARIA Nº 878/2016-DGAF/GAB/SEMAS BELÉM, 18 DE MAIO DE 2016.

LUIZ FERNANDES ROCHA, Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade, no uso das atribuições conferidas pelo Decreto Estadual de 01 de janeiro de 2015, publicado no Diário Oficial nº. 32.798, de 01 de janeiro de 2015; CONSIDERANDO o disposto no art. 26 e 72 da Lei nº 5810, de 24.01.1994; CONSIDERANDO o Processo nº 5997/2016.

RESOLVE:
I - AUTORIZAR, o servidor **WALDEMAR VIANA DE ANDRADE JUNIOR**, matrícula nº550890/2, ocupante do cargo de Técnico em Gestão de Meio Ambiente, lotado na Diretoria de Planejamento

e Gestão de Recursos Hídricos, a ausentar-se para estudo, em horários alternados, conforme tabela descrita abaixo, no período de Março a Julho/2016, com percepção de seus vencimentos.

HORÁRIO	SEGUNDA-FEIRA	TERÇA-FEIRA	QUARTA-FEIRA	QUINTA-FEIRA	SEXTA-FEIRA
7:00 ÀS 13:00	EXPEDIENTE SEMAS	DOUTORADO UFRA	EXPEDIENTE SEMAS	EXPEDIENTE SEMAS	DOUTORADO UFRA
14:00 ÀS 18:00	DOUTORADO UFRA	DOUTORADO UFRA	DOUTORADO UFRA	DOUTORADO UFRA	DOUTORADO UFRA

II - Determinar à SAGAT que tome a devida providência ao fiel cumprimento do presente ato.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

LUIZ FERNANDES ROCHA

Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade

Protocolo 966084

PORTARIA Nº00917/2016-GAB/SEMAS BELÉM, 24 DE MAIO DE 2016

O Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade, no uso das atribuições, conferidas pelo Decreto Estadual de 01 de janeiro de 2015, publicado no Diário Oficial nº. 32.798, de 01 de janeiro de 2015;

Considerando os termos do Processo nº 2016/168591;

R E S O L V E:

I - ENCERRAR, a contar de 01/03/2016, a Gratificação por Tempo Integral da servidora **ANDRÉA DE NAZARÉ CELESTINO DA SILVA**, matrícula nº 5907530/1, ocupante da função de Técnica em Gestão Pública.

II - CONCEDER, a contar de 01/06/2016 Gratificação por Tempo Integral, por permuta, no percentual de 70% (setenta por cento), a servidora **ANDRÉA FURTADO DA SILVA**, matrícula nº5917199/2, ocupante da função de Auxiliar Operacional.

III - Determinar à Secretaria Adjunta de Gestão Administrativa e Tecnologias - SAGAT que, através do setor competente tome devidas providências ao fiel cumprimento do presente Ato.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE LUIZ FERNANDES ROCHA

Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS.

Protocolo 966526

PORTARIA Nº00916/2016-GAB/SEMAS BELÉM, 24 DE MAIO DE 2016

O Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade, no uso das atribuições, conferidas pelo Decreto Estadual de 01 de janeiro de 2015, publicado no Diário Oficial nº. 32.798, de 01 de janeiro de 2015;

Considerando os termos do Processo nº 2016/152886;

R E S O L V E:

I - ENCERRAR, a contar de 07/04/2016, a Gratificação por Tempo Integral do servidor **CLAUDIO NAPOLEÃO DA SILVA SIQUEIRA**, matrícula nº 5907176/1, ocupante da função de Assistente Administrativo.

II - CONCEDER, a contar de 16/06/2016 Gratificação por Tempo Integral, por permuta, no percentual de 70% (setenta por cento), a servidora **ANDRÉA JANUÁRIO PROTÁSIO**, matrícula nº5905176/1, ocupante da função de Assistente Administrativo.

III - Determinar à Secretaria Adjunta de Gestão Administrativa e Tecnologias - SAGAT que, através do setor competente tome devidas providências ao fiel cumprimento do presente Ato.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE LUIZ FERNANDES ROCHA

Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS.

Protocolo 966548

RESOLUÇÃO COEMA N.º 123 DE 23 DE MAIO 2016.

Aprova a concessão de Licença Prévia - LP, pleiteada do processo administrativo n.º 16231/2014 para o projeto Araguaia, Localizado no Município de Conceição do Araguaia sob a responsabilidade da empresa Araguaia Níquel Mineração LTDA.

O CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO PARÁ, no uso das atribuições que lhes são conferidas no art. 2º-D da Lei Estadual nº 5.752, de 26 de agosto de 1993, devidamente, consolidada considerando as suas alterações,

CONSIDERANDO que o art. 6º, § 4º do Decreto Estadual nº 1.859, de 16 de setembro de 1993, dispõe que as decisões do Conselho Estadual de Meio Ambiente do Pará - COEMA tomarão a forma de Resolução e serão publicadas no Diário Oficial do Estado;

CONSIDERANDO o Parecer Técnico da Gerência de Projetos Minerários Metálicos - GEMIM, da Secretaria de Meio Ambiente e sustentabilidade - SEMAS (PT n.º 3.4605/GEMIM/CMINA/DLA/SAGRA/2016);